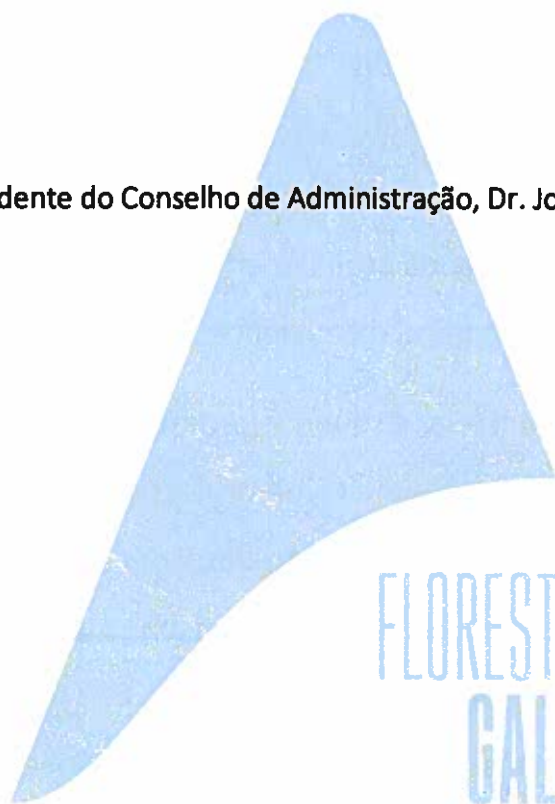


AUDIÇÃO PARLAMENTAR
COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR

Declaração do Presidente do Conselho de Administração, Dr. José Miguel Medeiros



10 de Março de 2020

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR,

PREZADO DEPUTADO DR. PEDRO DO CARMO

EXMAS. SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS, MEMBROS DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR,

Permitam-me que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento à Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar pelo convite que foi formulado à FLORESTGAL para, em sede parlamentar, poder apresentar o seu quadro de partida, o seu quotidiano, os projetos em curso, as ambições, as metas a atingir, enfim, o panorama geral da atividade da empresa.

Como breve nota introdutória, e se me é permitido, queria ressaltar o facto de a FLORESTGAL, SA ser a primeira empresa pública criada em Portugal dedicada à gestão e ao desenvolvimento florestal. Está integrada no Grupo PARPÚBLICA, que é o seu acionista único, e encontra-se sediada em Figueiró dos Vinhos, há menos de um ano, num edifício cedido pelo Município e pela Cooperativa local FICAPE, dando corpo à decisão do Governo de aí instalar a nova empresa de gestão florestal (RCM 116/2018 - Programa de Valorização do Interior).

Isto é, e em bom rigor, a FLORESTGAL representa um projeto no qual o País, os portugueses, de um modo geral, a sociedade portuguesa, depositam boas expectativas em relação ao seu contributo para o desenvolvimento da

floresta portuguesa, do seu futuro, e a sua valorização como alavanca económica e social dos territórios mais desfavorecidos.

Com efeito, ao optar pela criação de uma empresa pública como instrumento de intervenção no âmbito da estratégia nacional de desenvolvimento e ordenamento florestal, o poder executivo escolheu uma ferramenta que se pretende ágil e flexível, com um bom potencial de demonstração e de mobilização das energias da sociedade portuguesa.

A criação de uma empresa pública de gestão florestal, veio a acontecer em linha com o que já havia acontecido em França, na Irlanda, na Holanda, na Alemanha, na República Checa, entre outros países europeus desde as décadas de 70 e 80 do século XX.

Com esta decisão, visa-se responder a um dos desafios mais difíceis que o País tem vindo a enfrentar de há uns anos a esta parte: a necessidade de reconstrução de uma nova economia em torno da fileira florestal, que lhe permita ser sustentável no sentido pleno do termo, por forma constituir uma resposta eficaz ao abandono das explorações e ao êxodo profundo que atingiu o mundo rural nas últimas décadas, com todas as consequências sociais, económicas e ambientais conhecidas.

Ao assumir a sua condição de instrumento novo, que surge num contexto de profundas mudanças na forma como o Estado e o País olham este recurso natural da maior importância, é perfeitamente natural que, em torno da FLORESTGAL, exista uma elevada expectativa sobre o seu desempenho, especialmente no que respeita à apresentação de resultados no curto prazo.

No entanto, e como bem sabemos, a exploração e o desenvolvimento florestal, são atividades que exigem longos períodos – nunca é de mais lembrar que a generalidade das espécies florestais precisa de várias dezenas

de anos para atingir patamares de produção rentáveis - situação que, em contexto de minifúndio, com explorações caracterizadas por dimensões reduzidas (média 0,2 Ha/parcela e 0,5 Ha/Exploração na P. Interior), é natural que isso coloque problemas e óbices variados, desde a dificuldade ao nível da escala das operações, até à relação dos proprietários com as propriedades, nuns casos de abandono total, noutros de apego e ligação emocional.

É, pois, neste quadro e com estes constrangimentos, que cabe também à FLORESTGAL, a missão de impulsionar e fomentar a agregação de parcelas com vista a aumentar a dimensão média dessas explorações para patamares que as tornem viáveis de forma sustentada, bem como a modernização da sua gestão e a diversificação da produção florestal, com recurso a espécies autóctones, adequadas às nossas características de solo e clima, tendo em vista o desenvolvimento de um mosaico florestal que assegure à sociedade e à economia as funções que, em cada momento, podem e devem esperar da Floresta.

SENHOR PRESIDENTE E SENHORES DEPUTADOS,

Considerando o contexto atrás referido e os desafios que estão aí à porta, entendemos que o futuro passa pelo aproveitamento e rentabilização de todos os recursos e atividades associados à fileira florestal, especialmente a pecuária e a apicultura, bem como todos os usos compatíveis, como o turismo rural, de natureza e desportivo, a par das funções de valorização ambiental e de sequestro do carbono, da proteção da biodiversidade e do combate às alterações climáticas, muito por via da instalação de povoamentos florestais de conservação, da sua perpetuidade, num quadro de serviços aos ecossistemas, com base em modelos de exploração

económica e ambientalmente viáveis, de molde a legar às gerações vindouras um território florestal bem cuidado e bem gerido.

Em síntese, somos uma empresa que quer ser, para além de um fator de modernização e implementação de novos modelos de gestão florestal, um agente ativo na reconstrução de uma nova economia em torno destes territórios, pela via de um modelo de desenvolvimento florestal sustentável e produtor de externalidades, qualificando estes espaços para que possam fixar pessoas e assumirem-se como alternativa para atração de massa crítica qualificada, oferecendo novas oportunidades de trabalho associadas a um outro modo de vida, alternativo aquele que é proporcionado por um mundo urbano cada vez mais saturado e saturante.

SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS,

Depois deste enquadramento geral, centrado sobretudo nos propósitos e na visão que temos da nossa finalidade enquanto um novo instrumento ao serviço das políticas públicas em torno da Floresta, creio ser útil fazer agora, um outro tipo de enquadramento.

A FLORESTGAL surge em resultado de um processo único no seu género, desde logo por ter nascido a partir de uma outra empresa já existente – e que é relevante aqui referir- que era uma sociedade denominada, originariamente Lazer e Floresta - Empresa de Desenvolvimento Agroflorestal SA constituída em 2000, na sequência da privatização das empresas do setor da celulose e pasta de papel.

Em síntese, a Lazer & Floresta foi constituída com o objetivo de assumir todo o património fundiário que não integrou o processo de privatização e, mais tarde, acrescentado com várias propriedades provenientes de outros

setores do estado, com o objetivo de proceder á sua venda em momento posterior, atividade que desenvolveu até 2018.

Em 2018, por via de um conjunto de operações de reestruturação, incluindo a sua redenominação, nasceu a FLORESTGAL, Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, SA integrada no Grupo PARPÚBLICA que resulta do processo de reestruturação de uma sociedade já existente, a Lazer e Floresta SA

A FLORESTGAL, como já foi referido, tem a sua sede em Figueiró dos Vinhos (inaugurada a 20 de março de 2019), de acordo com a decisão do Governo de aí a instalar, concretizada por deliberação acionista de 13 de setembro de 2018.

O Estado, identificando uma nova necessidade coletiva, decidiu dotar a política pública para a floresta de um novo e específico instrumento de natureza empresarial, concebendo para esse fim uma nova “missão social” e acrescentando-a ao elenco pré-existente de “missões” empresariais confiadas sector público estatal.

A alteração de objeto e, por consequência, do modelo de negócio da Lazer e Floresta, S.A., para o objeto social da FLORESTGAL, SA, implicou uma nova lógica de organização e de mobilização de recursos, em função dos modelos de negócio serem absolutamente distintos:

O primeiro – da Lazer & Floresta - visou a realização de fundos pela venda de ativos imobiliários que foram recebidos pelo Estado, no âmbito do processo de reorganização do sector da pasta e do papel em Portugal que ocorreu no final da década de 90 e no início de 2000.

O **segundo** – da FLORESTGAL - visa a exploração ativa das propriedades numa perspetiva económica sustentável e a produção de efeitos colaterais positivos (externalidades) nas regiões onde a empresa está presente (sobretudo no interior do País), que carecem de emprego e rejuvenescimento demográfico, de um profundo reordenamento florestal e de potencializar as indústrias associadas ao setor, tanto a montante como a jusante do foco da FLORESTGAL, procurando mobilizar toda a fileira.

Este é o novo objeto da FLORESTGAL que, abandonando em definitivo e de imediato a atividade de compra e venda de propriedades – a atividade principal da sua antecessora –, perspetiva hoje o seu património (cerca de 14 mil hectares, de norte a sul do País) e o desenvolvimento da sua atividade de um modo completamente diferente.

Sinteticamente, em termos de exploração do seu legado patrimonial, a empresa tem vindo a valorizar as receitas dos seus ativos biológicos (eucalipto, pinheiro bravo, cortiça, pinhas, biomassa, etc.) e no arrendamento de espaços a diversos interessados (campanha, cinegética, pastagens, etc.).

Foi, assim, no contexto que atrás se descreve que o Conselho de Administração, nomeado em 24 de julho de 2018, iniciou a sua ação, desenvolvendo de imediato um processo de recolha de toda a informação indispensável ao conhecimento do estado dos seus ativos e da situação da empresa, em geral, para além de iniciar um processo de gestão e aproveitamento deste vasto património que se encontra disperso pelo País (cerca de 14 mil hectares, distribuídos por 86 propriedades, em 26 concelhos).

Ora em face da situação de partida, a prioridade da gestão foi, no imediato, começar a construir um Plano de Negócios (PN) de longo prazo, que contemplasse todas as variantes de intervenção atrás mencionadas e adequado às especificidades de uma empresa de gestão florestal com as características da FLORESTGAL e ao novo paradigma que com ela se pretende seguir.

Até à conclusão do plano de negócios (outubro de 2019), foram, em paralelo, desenvolvidos, no essencial, os Planos de Gestão Florestal, agora em fase de conclusão, numa ótica de harmonização e de visão global, para se poderem determinar as melhores combinações de *timings*, dimensão de investimento e custos associados, passo fundamental para a criação de cenários de evolução das receitas e a sua estabilização financeira no longo prazo.

Um dos grandes contributos que decorre do Plano de Negócios e para além do enquadramento do setor florestal no contexto nacional e europeu, é a mudança que se está a operar na filosofia até aqui seguida, sobretudo, através de uma atuação baseada na dinamização do património atual por via de novos negócios e, sobretudo, nas modalidades de expansão dos territórios sob a gestão da empresa.

Para já, o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2020/22 foi construído já em total sintonia com o Plano de Negócios, e espelhará um novo dinamismo para o património atual, procurando novos segmentos de atividade para a empresa, sempre na lógica da compatibilidade e complementaridade com a exploração florestal, como sejam as energias renováveis e a aposta na floresta de conservação/perpetuidade florestal, associada aos serviços aos ecossistemas e ao sequestro do carbono.

A área de expansão estimada prevê um crescimento sequenciado de cerca de 3.000 hectares por ano, estimando atingir 120 mil hectares sob gestão da FLORESTGAL em 2060. A expansão territorial em zonas onde impera minifúndio corresponde a 25% desse esforço.

Desde finais de 2018 que se encontra a decorrer a angariação de novos ativos cuja materialização poderá observar diversas formas, tais como arrendamento, contratos de gestão, cessão de exploração, cedências e/ou parcerias.

Ainda em finais de 2018 e durante o ano de 2019, a administração iniciou um conjunto de contactos e trabalhos de identificação de ativos, estando estes, neste momento, em estado adiantado de análise conjunta com os detentores dos direitos de propriedade e exploração.

De entre estes, destacam-se os projetos no concelho de Penacova e Pampilhosa da Serra e um outro em Parceria com a Associação Pinhais do Zêzere.

Em Penacova, prevê-se uma intervenção em cerca 141 hectares, incluindo povoamentos de Sobreiro, Carvalho Americano, Cerejeira, Pinheiro Manso, Medronheiro e Cipreste do Buçaco, para além do restauro das zonas ripícolas e de proteção da avifauna), de um conjunto de 159 hectares a disponibilizar pela CM de Penacova, na Serra da Atalhada, na freguesia de Friúmes.

No concelho de PAMPILHOSA DA SERRA (Freguesias de Pessegueiro e de Pampilhosa da Serra), pretende a empresa operar em cerca de 945 hectares, num processo que envolve a autarquia e os representantes das assembleias de partes dos baldios daquelas duas freguesias.

Atentas as características orográficas destes territórios, a intervenção terá várias abordagens por forma a adaptar as intervenções ao território, recorrendo a espécies florestais autóctones e a intervenções com povoamentos para proteção de linhas de água e combate á erosão, floresta de conservação perpetuidade e produção, através da construção de um mosaico florestal adequado.

A associação da silvo pastorícia de pequenos ruminantes e da apicultura, estão também contemplados nos cenários em estudo.

Ainda na Zona do Pinhal Interior e nos concelhos de Pedrogão Grande, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Penela, Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova, Vila Velha de Ródão e Pampilhosa da Serra, está a ser ponderada a criação de uma “Unidade de Gestão Florestal” que irá integrar o conjunto de propriedades particulares já identificadas e algumas áreas de pequena dimensão detidas pelo município de Pedrogão Grande e pela Junta de Freguesia da Graça.

O projeto que ali se pretende implementar, envolve desde o início uma parceria com a **Pinhais do Zêzere, Associação para o Desenvolvimento**, e tem como alicerce o conceito de **“floresta multifuncional”**.

Para além da exploração da madeira e seus derivados, o conceito reflete o desenvolvimento da apicultura, da pecuária, do silvo pastorícia, do turismo de natureza e de observação, bem como a preservação e fruição paisagísticas.

Estão a decorrer neste momento, várias operações e trabalhos de levantamento dos terrenos florestais que irão servir de base ao arranque deste projeto, num total de 316 hectares.

Nestas áreas pretende-se instalar um conjunto de povoamentos florestais, enquadrados num mosaico paisagístico de multiplicidade de usos, dando preferência a espécies autóctones adaptadas à zona ecológica.

Entretanto, e durante este tempo, instituíram-se protocolos locais com a cooperativa FICAPE, de Figueiró dos Vinhos, e a associação APFLOR, de Pedrógão Grande, para apoio técnico no terreno e identificação e angariação de propriedades florestais nas áreas de minifúndio que caracterizam a região na região.

Paralelamente não foi descurada a vertente da integração da FLORESTGAL com os agentes locais, regionais e nacionais ligados direta e indiretamente ao setor e, no quadro da política de cooperação da empresa, tem vindo a instituir-se parcerias e formas diversificadas de colaboração com várias entidades públicas e privadas, designadamente:

- A Liga Proteção da Natureza, Instituto Politécnico de Coimbra; Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro e Câmara Municipal de Poiães (**Projeto *New Forest***);
- *Bold Robotics*, Floponor, Jacinto Marques de Oliveira, Sucessores Lda., Universidade de Coimbra (**Projeto E-Forest**);
- Universidade de Aveiro, Unimadeiras, Fundação Cesefor (Espanha), PEFCTM (Espanha), FSC INTERNATIONAL (Alemanha), Associação Florestal da Galiza (Espanha) e Floresta Modelo de Provence (França) (**Projeto de educação florestal para agentes florestais**);
- HIESE (Habitat de Inovação Empresarial nos Setores Estratégicos) **Projeto Interreg SUDOE**;
- Centro Ciência Viva da Floresta e Câmara Municipal de Proença-a-Nova (**Literacia Florestal para o ensino básico**);

- Escola Superior de Tecnologia de Águeda/Universidade de Aveiro (SIG);
- **Centro PINUS** – Protocolo cooperação técnica;
- Cooperativa Portuguesa do Medronho – **Protocolo de cooperação**;
- Estradas de Portugal IP, SA - **Áreas de compensação**;

Realce-se, ainda, a título de exemplo e porque relevante e elucidativo das novas orientações e da nova filosofia de abordagem integrada do património florestal público, o **protocolo celebrado entre a FLORESTGAL e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)**, a 21 de novembro de 2018.

Neste projeto, a par da criação de novos campos de alimentação destinados às populações de abutres e outras aves necrófagas atualmente em vias de pré-extinção, o acordo contempla reconversão das áreas de eucaliptal e a introdução de espécies autóctones, como a Azinheira e o Sobreiro, nas propriedades que a empresa detém na área do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI).

Destaque-se, ainda, o facto de o ICNF ter reconhecido à FLORESTGAL, em setembro de 2019, o estatuto de EGF- Empresa de Gestão Florestal, com todas as implicações e vantagens que essa condição lhe confere no exercício da sua atividade e na relação com todos os parceiros e o próprio mercado.

Portanto, como se poderá constatar, não obstante o curto período que mediou entre a alteração de objeto, a nomeação da administração e o arranque dos trabalhos, o caminho percorrido é já significativo, apesar dos poucos recursos humanos disponíveis (recordo que a empresa, para além dos membros do seu conselho de administração, detém um quadro de pessoal composto por um engenheiro florestal e um administrativo,

alicerçando-se, em larga medida, no trabalho desenvolvido por um conjunto de prestadores de serviços e consultores).

Contudo, não obstante algumas dificuldades sentidas e uma ou outra entropia, normais num projeto que está a nascer e em plena construção, este tem sido um caminho bastante enriquecedor, que tem permitido a evolução e a alteração de algumas das abordagens iniciais, em resultado do pioneirismo e do carácter por vezes experimental das soluções equacionadas e da ausência de modelos que possam permitir comparações.

De qualquer modo já o sabíamos: Um projeto com a natureza e o desígnio da FLORESTGAL é desafiante, caracteriza-se por novas ideias e novos conceitos, operacionais e de negócio, e tem sempre de almejar patamares de desempenho que sejam exemplares para a sociedade e para aquilo que ela espera da floresta, em cada momento, para os seus processos de desenvolvimento económico, social e ambiental.

Assim, em sintonia com o Plano de Negócios da empresa, entendemos que 52,5% das áreas de expansão previstas devem incidir em novos aproveitamentos, particularmente na produção das várias fontes de energia renovável e na floresta de conservação/perpetuidade florestal e a prestação de serviços aos ecossistemas (proteção de linhas de água, combate à erosão, etc.).

Reforçar a coordenação e a convergência da nossa ação com as políticas nos mais diferentes domínios da gestão e desenvolvimento florestal, e muito particularmente no que respeita ao desenvolvimento empresarial, à

inovação e competitividade, ao sequestro do carbono, à proteção da biodiversidade, ao ordenamento do território e o combate às alterações climáticas, têm de ser uma prioridade, porque, estamos certos, é por esta via que a economia, através das empresas da fileira florestal e os territórios e as suas populações, serão os grandes beneficiários.

Para esse efeito concorrem vários aspetos:

- Trata-se de uma empresa de capitais 100% públicos, fator determinante para o desenvolvimento e estabilidade das operações florestais, considerando os ciclos longos e muito longos de produção.
- O enfoque no desenvolvimento de novos conceitos e novas soluções de gestão florestal, sobretudo através da Floresta Multifuncional, de Conservação e de Perpetuidade, por via de uma estratégia assente no conceito de *green/forest sponsoring*, proporcionará, estamos certos, perspectivas de obtenção de receitas e créditos mais precoces e tendencialmente crescentes do que habitualmente a exploração tradicional permite, fatores fundamentais para atingir o sucesso num negócio caracterizado pelos seus longos ciclos económicos.
- A priorização de recursos em soluções de sequestro de carbono e proteção/conservação da biodiversidade, numa dinâmica de aumento de áreas sob exploração por aquisição, cedência ou arrendamento, visa ajudar à concretização dos objetivos e compromissos nacionais em sede da ação climática.
- Uma gestão florestal orientada para manter a sua perpetuidade e biodiversidade, a produtividade e capacidade de regeneração, assim como o potencial para satisfazer, no presente e no futuro, funções

ecológicas, económicas e sociais relevantes, aos níveis local, nacional e global.

- O empenho em trabalhar com espécies autóctones para reconstrução de mosaicos florestais naturais e resilientes (a floresta Mediterrânica por oposição à monocultura intensiva).
- A capacidade de mobilização de agentes públicos e privados em torno da floresta, a montante e a jusante, complementares ou em combinação.
- A recetividade, a disponibilidade e o empenho em estimular, desenvolver e difundir, em novos territórios, públicos e privados, próprios, cedidos ou de terceiros, a implementação do seu modelo de diversificação de povoamentos florestais e de boas práticas no setor.

Sobretudo, este trabalho deve ser um ponto de partida para uma reflexão mais profunda sobre a coerência dos modelos de gestão e desenvolvimento florestal, nomeadamente em face das novas realidades, como o ambiente, a energia, o financiamento da segurança social, a diversificação de investimento, entre outros.

Todos estes aspetos levaram-nos a explorar novos caminhos, quer para o património próprio, incluindo aquele que se encontra em regime de arrendamento de longa duração, quer para aquele que se perspetiva angariar por via de uma política de procura ativa junto de várias entidades, públicas e privadas, com vista à sponsorização de instalação de povoamentos florestais de conservação.

Assim, combinado com uma abordagem de gestão, orientada para a captação e utilização dos novos processos tecnológicos (como as energias de fonte renovável e os novos aproveitamentos de biomassa para a indústria

química fina de alto valor acrescentado, a partir da pirólise, por exemplo), o reflorestamento pode agora ser alcançado e otimizado em grande escala territorial, maximizando o impacto desse investimento, sempre numa abordagem sustentada e sustentável.

Alguns dos projetos de parceria/sponsorização florestal, especialmente no domínio da floresta de conservação/perpetuidade, que a FLORESTGAL previu - e cuja apresentação já se iniciou a potenciais interessados internacionais - devem gerar créditos de carbono dentro de cinco anos (estima-se que as florestas atualmente geridas pela empresa, sequestram cerca de 3, 7 milhões de toneladas/equivalentes de CO₂/ano).

Por fim, ainda no que reporta aos objetivos da expansão territorial, prevê a empresa dedicar 22,5% à produção florestal, para abastecimento dos mercados das diversas espécies em causa.

Este trabalho será concretizado no quadro da expansão prevista, por via da contratualização/arrendamento/contratos de gestão/cessão de exploração de novos ativos florestais, em todo o território nacional, com especial atenção às zonas de minifúndio florestal e começando por aquelas que mais foram atingidas em 2017 e onde a reflorestação é mais urgente e permite intervenções mais estruturadas.

Desde os finais de 2018 que vários trabalhos têm vindo a ser executados para manter e assumir a gestão florestal e aumentar os arrendamentos em vigor, de propriedades de produção localizadas em distintas zonas do País (Monte de Faro-Valença do Minho, Famalicão da Serra-Valhelhas, Sines, etc.).

Este tipo de concessão prevê para a FLORESTGAL - através do pagamento de uma renda anual – a possibilidade de gerir todas as receitas e custos de

propriedades de grande produção florestal por prazos muito longos (25, 35, 40 anos, etc.).

Para já, este desígnio traduz-se na definição de metas para agregação e exploração de terrenos de aptidão florestal definidas no seu Plano de Negócios, de 3 000 novos hectares por ano, o que se expressará em 120 mil hectares em 2060, a somar aos 12.831,6 hectares que a empresa possui em propriedades próprias e aos 1.044,0 hectares que gere por arrendamento.

Paralelamente à política de expansão, um dos outros objetivos da FLORESTGAL tem sido a gestão e uma maior rentabilização do seu património próprio organizado em unidades de gestão, nomeadamente como fonte inicial das suas receitas correntes.

Nesta componente, tem sido desenvolvido um trabalho sistemático logo a partir de julho de 2018, traduzido em diversas ações e iniciativas operacionais:

- Visitas para reconhecimento e avaliação das 18 Unidades de Gestão (86 propriedades) de modo a estabelecer uma estratégia de ação;
- Gestão dos ativos florestais, baseado em cortes sustentados de madeira que se reflitam em previsões de receitas; estas receitas irão permitir a execução de novas plantações e arborizações por forma a criar e desenvolver uma riqueza florestal futura;
- Maximização dos arrendamentos fundiários, das propriedades com cariz agroflorestal, por via de consultas ao mercado, nomeadamente ao nível de exploração agrícola compatível com a exploração florestal (Herdades da Caveira/Ervideira e Quinta dos Soidos, por ex.) e da silvo pastorícia (Herdades de Vale dos Reis e da Revilheira, por ex.);

- Realização de protocolos com entidades promotoras de atividades complementares à silvicultura, nomeadamente a apicultura (Protocolo FENAPICOLA – 3000 Colmeias) e novos projetos de controlo e eliminação de vegetação arbustiva no âmbito do uso múltiplo da floresta e defesa da floresta contra incêndios;
- Defesa da Floresta Contra Incêndios, foram delineadas várias medidas e um plano de intervenções (Brigadas Florestais, trabalhos de abertura de Caminhos e Aceiros, colaboração com a Afocelca, e a Navigator), por forma a minimizar o risco nas propriedades agroflorestais da empresa, como se impunha;
- Identificação do património edificado nas várias propriedades, com consequente avaliação do estado de uso para eventuais restauros, reparações e/ou demolições, de modo a que possam ser futuramente usados com fins de turismo, lazer e recreio, tornando-se numa mais valia até agora inexistente.

Ainda neste domínio, o objetivo de aumentar o rendimento anual das 18 UG, nas vertentes acima referidas: Cinegética, Apicultura, Áreas Agrícolas e de Silvo-pastorícia, Ativos-bio florestais e agrícolas com o intuito de libertar recursos para investir nas novas frentes, está a ser feito através de uma especial atenção à renovação de contratos de arrendamento, com aumento dos montantes das rendas, valorização do património e definindo regras de acordo com as melhores práticas de sustentabilidade.

Estão em curso, em paralelo e de forma proativa, outras medidas de valorização de património existente (ex. energias renováveis, turismo de natureza, agroturismo), especialmente visando os locais onde a empresa

ainda não obtém qualquer rendimento anual, através de contratos e protocolos de colaboração e desenvolvimento de parcerias estratégicas.

Já em 2020, e no quadro da reorientação da abordagem ao património próprio, na sua maioria com povoamentos herdados das celulosas, iremos promover a redução de cerca 500 hectares de eucalipto, cerca de 20% da área total ocupada com povoamentos puros de eucalipto, e a sua reconversão com espécies autóctones (sobreiro, azinheira, carvalho negral, etc.), nas Unidades de Gestão de Monte da Ponte, Fainina e Termal.

Está também prevista – para muito breve – uma grande operação de adensamento do povoamento de sobreiros na propriedade de Caveira e Ervideira, concelho de Chamusca, com a plantação de cerca de três mil árvores novas.

Trata-se de uma ação de regularização de montado de sobreiro naquela propriedade, nomeadamente através da ocupação de clareiras e outras áreas, com vista a conferir maior homogeneidade à plantação;

Destaque, ainda, para o projeto de valorização da Quinta das Charas, em Mogadouro, que representará a primeira reflorestação da empresa em património próprio com a reconversão de uma área de 100 Ha de eucalipto e instalação de espécies autóctones, num investimento total que ronda 200 mil euros, já com projeto aprovado e financiamento comunitário assegurado;

SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR,

SENHORES DEPUTADOS E MEMBROS DA COMISSÃO,

Em jeito de conclusão, terminaria esta declaração inicial dizendo o seguinte:

Hoje sabemos que uma fileira florestal bem gerida, numa escala adequada, possui um potencial económico excecional e um valor acrescentado significativo. É geradora de emprego qualificado, defende o ambiente e é compatível com um enorme leque de outras atividades económicas.

Ao mesmo tempo, a floresta é um investimento que cria riqueza, que preserva e afirma os nossos valores culturais, aposta na valorização dos territórios e das pessoas, combate a degradação ambiental e projeta uma imagem positiva e responsável de Portugal na Europa e no Mundo.

Portanto, para nós, a atividade florestal assumirá várias funções, ao nível ambiental, económico, social e cultural, todas elas de inegável importância no quadro da nossa vida em sociedade.

Para terminar, gostaria de salientar de uma forma clara, que todos os projetos aqui enunciados observam e cumprem a doutrina técnica e científica mais recente em termos de exploração florestal, certificação, sustentabilidade, conservação da paisagem, sequestro de carbono, proteção de linhas de água, recuperação de povoamentos com espécies autóctones, recolha de biomassa florestal e defesa da floresta contra incêndios.

Pretendemos ser uma empresa moderna e de referência no setor florestal, que seja reconhecida como a melhor opção, por clientes, colaboradores, fornecedores e investidores, pela qualidade da gestão e dos serviços prestados, pela estratégia de desenvolvimento implementada e pelo relacionamento com as comunidades onde atuamos.

Trata-se, pois, de um percurso longo, que tem de ser respeitado e que necessita do envolvimento de todos para ser trilhado com sucesso.

Assim se contribui para valorizar o capital humano, se acrescenta valia ao setor, se consegue obedecer aos melhores princípios da conservação da natureza e se promove uma maior coesão territorial.

Só deste modo, acreditamos, cumpre a empresa a sua dupla missão: a económica e a social.

Estamos convictos, e trabalhamos todos os dias para que a FLORESTGAL seja um verdadeiro parceiro estratégico, um instrumento ao serviço do desenvolvimento e da coesão territorial e social, ou seja, um instrumento de progresso e de prosperidade, ancorado na floresta e na sua boa gestão, nos seus múltiplos recursos e fins, e na sua perpetuidade.

Pensamos que é desta forma que poderemos cumprir a nossa obrigação geracional, de deixar um legado em boas condições económicas e ambientais às gerações vindouras, do qual nos possamos orgulhar e de que eles possam beneficiar em pleno.

Estamos convictos que a Assembleia da República, os partidos políticos, as estruturas do Estado, as várias organizações, públicas e privadas, não deixarão de acompanhar e apoiar este projeto unindo-se neste esforço de enfrentar e vencer os novos desafios relacionados com a floresta em Portugal, em todos os domínios aqui acabo de expor.

As minhas desculpas pelo tempo que vos tomei e os meus agradecimentos e da administração pela atenção que dispensaram a esta intervenção inicial, ficando agora à inteira disposição de V. Exas. para responder às questões que entenderem por bem colocar ou esclarecimentos adicionais.

